

DÉBORA DE OLIVEIRA ODENBREIT

PROSTITUIÇÃO DE LUXO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA:

UM ESTUDO SOBRE A CIDADANIA DE CONSUMO:

UFRJ

2016

DÉBORA DE OLIVEIRA ODENBREIT

PROSTITUIÇÃO DE LUXO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA:

UM ESTUDO SOBRE A CIDADANIA DE CONSUMO:

**Monografia para obtenção de créditos
Para o diploma do curso de Serviço Social
Da UFRJ, sob orientação do professor
Doutor Rogério Lustosa Bastos**

UFRJ

2016

Banca

Profa. Dra. Andréa Teixeira

Profa. Dra. Rita Cavalcanti

Prof. Dr. Rogério Lustosa Bastos

Orientador

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço a minha mãe, meu pai e irmã por sempre estarem ao meu lado me dando forças e incentivando em todos os momentos.

Agradeço ao meu marido pelo incentivo, apoio e paciência.

Agradeço em especial ao meu pai, por sempre acreditar em mim e me incentivar quando por muitas vezes achei que não conseguiria.

Agradeço muito ao meu orientador por estar sempre ao meu lado nessa longa caminhada, acreditando sempre em meu potencial tanto ao longo do Curso, quanto durante a construção dessa monografia. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa.

Agradeço aos meus colegas de faculdade por tantas trocas e aprendizados.

Agradeço aos meus amigos do trabalho por toda força, incentivo, momentos de descontração e compreensão durante este processo.

Por fim e em especial, agradeço a minha filha Bruna que está a caminho, no meio dessa loucura saber de sua chegada me deu mais força e ânimo para concluir este trabalho.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

**Nossos sonhos não podem ser
reduzidos aos lucros** (Cartaz de
Junho de 2013).

Sumário

Introdução p. 09

Capítulo primeiro p. 13

Capítulo segundo p. 23

Capítulo terceiro p. 30

Conclusão p. 48

Referências Bibliográficas p. 51

Resumo

Nosso estudo visa compreender o fenômeno prostituição, tendo como base uma perspectiva diferente e mais restrita: a prostituição de luxo. Neste segmento da prostituição, as pessoas ingressam por vontade própria e para alcançar status sociais fato que acreditam não conseguirão por outros meios que não seja pela “cidadania de consumo”: aqui se só é cidadão aquele que tiver alto poder de consumo, ou seja, vive-se atualmente sobre valores de um modo de vida consumista cujo sujeito, globalmente falando, não é o homem, mas o dinheiro (homem unidimensional). Ainda que nesse universo de prostituição possamos observar três eixos (sexualidade, sociabilidade e consumo), contudo, é nessa cidadania que está o ponto. Assim, o objetivo desta pesquisa é realizar um estudo buscando entender como essa nova sociedade baseada numa cidadania de consumo pode levar essas mulheres a enxergarem na prostituição de luxo um caminho para se inserirem no meio social que julgam mais assertivo e eficaz. Aqui, analisaremos a profissional do sexo não apenas pela atividade que desempenha, mas discutindo-a através de sua dimensão profissional, social e pessoal.

Palavras chaves

Prostituição de luxo, o homem unidimensional, cidadania plena e cidadania de consumo.

Introdução

Esta pesquisa se propôs a discutir a prostituição de luxo. Obviamente a prostituição que pode ser discutida como um dos ofícios mais antigos do mundo, não se resume a prostituição de luxo, mas este será nosso objeto.

Antes de o definirmos, vale um comentário sobre esse “ofício antigo”: considerando que ainda vivemos em uma sociedade imersa nos dogmas e na moral judaico cristã, a qual ainda defende que a mulher deve preservar a imagem de matriarca da família, ou seja, no esquema dessa sociedade preponderante, o feminino existe não só para servir o homem no lar, como também a sua sexualidade deve ser exercida somente para a procriação. Daí que, a rigor, além da mulher que se prostitui contrariar as normas e os padrões vigentes, tal fato também mira no prazer pelo sexo fora desse esquema. Enfim, contrariando tais padrões e independentemente dos estigmas que enfrentam, elas colocam tudo isso a serviço das relações mercadológicas. Detalhe: tratando especificamente da prostituição de luxo, elas ainda ganham muito dinheiro com isso.

Define-se a prostituição de luxo como aquela em que a profissional desempenha sua atividade por vontade própria, e não por necessidades econômicas e/ou de subsistência. Tais profissionais visam, antes de tudo, atender suas necessidades mercadológicas, frequentar os locais de alta classe e estreitar relações com pessoas que são bem sucedidas economicamente. Para tanto, esse grupo ganha muito dinheiro e podem se apresentar com

roupas de altas grifes, tanto comprar carros ou coisas que lhes dá imagem de pessoas ricas, quanto moram em lugares de classes economicamente alta e assim por diante. Sim, porque elas ganham, em média de mil a três mil reais por hora de trabalho, fato que ainda variando muito em função do cliente e da própria profissional de sexo, isso lhe dá uma maior liberdade para escolha de parceiros. Tal fato, em resumo, faz que essas mulheres se sintam inseridas na sociedade.

Há quem pergunte “por que os clientes pagam um preço tão alto por esses serviços de luxo? ” A resposta para isto, entre vários fatores, seria que as pessoas que exercem esta atividade são mais discretas e não carregam o estereótipo convencionado socialmente do que seria uma garota de programa. Sim, elas não trabalham, por exemplo, nas ruas e/ou em lugares ditos degradantes, mas se têm acesso a elas através de sites especializados na internet e/ou através de “casas de luxo”. Muitos clientes preferem sair com uma profissional do sexo ao invés de terem amantes fixas e, veja, alguns clientes vão em busca dessas profissionais não necessariamente em busca de relações sexuais. Curiosamente, às vezes, elas são contratadas simplesmente para ser companhia em alguma festa, bem como para ouvirem os desabafos sobre os problemas pessoais de seus clientes. Evidentemente, isso transforma a profissional do sexo, frequentemente, em “ouvinte” ou “conselheira”.

Para discutir esse objeto desenvolveremos nosso trabalho a partir de três capítulos principais, como seguem a seguir.

No primeiro, de título “O Homem Unidimensional e a Globalização atual”, com o apoio do filósofo Herbert Marcuse, analisaremos que a sociedade atual,

globalizada apenas pelo mercado, faz todo um trabalho não só na subjetividade como também nas condições concretas da vida humana. Ora, se do ponto de vista concreto, o poder hegemônico dita as condições econômicas que todos devem se submeter em prol do interesse do mercado; em relação a vida subjetiva, neste particular, há todo um trabalho na vida “simbólica” para que cada um de nós enquadre-se nesses valores e também passa a “desejar” as principais marcas de consumo. Aqui para o estudioso em questão, antes de tudo, estamos falando de um modelo de homem que nos faz pensar, sentir, desejar ver, agir, de acordo com a sociedade de consumo. Evidentemente, sob a atual globalização, esse modelo está mundialmente disseminado pelos quatro cantos do mundo, buscando avançar sobre todas as fronteiras físicas e subjetivas subscrevendo um suposto consenso a favor do capitalismo tardio. O referido processo que visa esse “consenso”, para Marcuse, pode ser denominado como o “homem unidimensional”.

Além disso, esse conceito, no nosso trabalho, aponta para uma influencia cabal, inclusive quanto a maneira de se ver a cidadania. Em outras palavras, sob a atual ordem mercadológica o que prepondera não é a cidadania plena, mas sim a cidadania de consumo, ou seja, só é cidadão na sociedade atual, aquele que tem alto poder de consumo.

No segundo capítulo promoveremos a análise da prostituição de luxo na atual globalização e em especial nos grandes centros brasileiros. Além de tentarmos mostrar um retrato aproximado de quem são essas profissionais, como elas vivem, se organizam e trabalham nessa profissão, veremos que elas, mais do que nunca, diante de um tipo de homem que é guiado apenas

pelo dinheiro, encontram um contexto extremamente favorável para o mercado de sexo de luxo.

No terceiro capítulo analisaremos o conceito de cidadania. Partiremos do pressuposto que a cidadania acima de tudo, é a cidadania dos direitos plenos. Contudo, considerando que introduziremos esse capítulo por uma pequena discussão histórica sobre a cidadania no Brasil, veremos que ela sempre foi um privilégio apenas para as elites. Assim, principalmente diante desta atual ordem do globalitarismo em que só se é cidadão, se você tiver alto poder de consumo, entre outros problemas, há aqui uma contradição. Paradoxalmente, especificamente quanto a discussão do objeto de nossa pesquisa, paradoxalmente, essa cidadania focalizada, acaba sendo um chamativo considerável para que muitas meninas. Sim, a rigor, baseando-se nesses valores, essas meninas acabam aderindo tal profissão, pois são atraídas pelo alto salário e também pela inclusão social via consumo.

Capítulo 1

O homem unidimensional e a globalização atual

De acordo com Marcuse (1978), sob a atual globalização, há um entrelaçamento sutil entre o desejo humano e o ideal de consumo. Tal entrelaçamento, a rigor, pode ser discutido pelo conceito deste autor: O homem Unidimensional. Em outras palavras, este conceito, em síntese, aponta para o seguinte: a) na globalização atual, a qual Marcuse denomina de capitalismo tardio, há um fato bastante peculiar, ou seja, se ao longo dos últimos séculos o capitalismo se firmou subscrevendo as condições materiais para tudo e todos, neste momento, tal capitalismo ocupa agora a mente e os corações humanos. Esta “ocupação”, o filósofo da Escola Frankfurt discute- a como uma produção de subjetividade. Sim, pois é através de uma produção de subjetividade quase que totalmente identificada com os valores do capitalismo globalizado, que se faz esse “trabalho” com o “coração e as mentes” dos indivíduos. Daí que Marcuse provocativamente diz que atualmente, com raras exceções, passamos a desejar como a sociedade de consumo assim o quer. Em resumo, estamos falando disto, mas também da criação de um homem unidimensional, ou seja, trata-se de se perceber que aqui se está gestando um modelo subjetivo o qual

identificado com esses valores, faz que os diferentes indivíduos passem a pensar, a olhar e a desejar como a sociedade de consumo quer.

O que isso implica? Antes de tudo, isso implica que essa difusão da unidimensionalidade do capitalismo globalizado, na realidade, corresponde ao modelo de vida que está em todos os lugares e também em lugar nenhum. Em outras palavras, queremos pesquisar que, em geral, podemos discutir o acontecimento da prostituição das meninas de luxo nas grandes cidades brasileiras, como uma tentativa de inserção social pelas vias de consumo. Sim, não podemos afirmar que toda e qualquer garota de programa de luxo dessas cidades, procuram essa profissão com esse objetivo, mas pretendemos discutir que existem algumas que para conquistarem a cidadania burguesa, a qual defende que só se é cidadão se obtiver um alto padrão de consumo, tal grupo exercendo esse referida profissão, consegue a inserção social entre os status mais altos.

Isso pode ser ilustrado com o seguinte: ao se tornar acompanhantes de luxo e começarem a ganhar uma grande quantidade de dinheiro, a vida dessas mulheres muda, elas passam a comprar produtos que antes não tinham condições de comprar; frequentam restaurantes que antes não tinham condições de frequentar; começam a ir em salões de beleza que antes não tinham condições de pagar. Elas viajam para lugares que antes não tinham como ir e, além disso, começam a consumir exacerbadamente produtos sem tanta utilidade, elas podem enfim consumir o que querem. Isso sem contar que

elas passam a morar em lugares altamente valorizados, ou seja, lugares onde só as pessoas de alto poder aquisitivo possuem condições de habitar.¹

Segundo Marcuse, esta unidimensionalidade² que eficazmente se impõe pelo planeta, avança principalmente pelas instituições sociais: família, escola, igreja, trabalho, universidade, lazer, etc. Tal unidimensionalidade que paradoxalmente passa a ser uma espécie de naturalização de nossa cultura dominante, antes de tudo, ajuda a criar a subjetividade hegemônica (Bastos,2014).

Segundo Marcuse, a subjetividade hegemônica é algo criado pela sociedade de consumo. Mas tal criação, na realidade, que é disseminada por esses agrupamentos institucionais, antes de tudo, é sinônimo da criação de uma alma burguesa (Marcuse, 1997). O problema dessa alma não é propriamente o que nos faz gostar só das coisas boas, confortáveis para o nosso corpo, para o nosso lazer, para nossa vida, a questão aqui é que apenas uma pequena parcela da população mundial, ou seja, uma dita elite financeira pode desfrutar dessa “alma”. Diante disto, quase que a totalidade dos habitantes deste globo ficam excluídos.³

¹ A título de ilustração pesquisando alguns sites de garotas de programas de luxo no Rio de Janeiro, observamos que se apresentando com corpos esculturais e de uma beleza impar, algumas delas, em geral, cobram em média mil ou três mil reais por programa, principalmente em termos de pernoite. Os sites, entre outros, são: 1) <https://www.barralove.net/> 2) <http://www.barravipsrj.com.br/home.php>

² Além disso significar o homem unidimensional está em todos os cantos do planeta, tal fato também pode ser discutido como uma espécie de consenso criado pela sociedade de consumo, o qual de forma implícita, através das instituições sociais, nos diz: “fora do mercado não há salvação”

³ De acordo com Banco Mundial a população mundial tem 7bilhões de habitantes porém 4 bilhões vivem com apenas 1 ou 2 dólares por dia (Pereira, 2010).

SIM, essa alma cria também a sujeição, alienação e escravização ao capital, fato esse que cria também a barbárie de exclusão social.

Esse assujeitamento implica no seguinte: para Marcuse (1982), o capitalismo atual não só dita as condições materiais, como agora “ocupa” a própria subjetividade humana. Daí que sob tal sujeição, em vez de ser o próprio homem que pensa, fala e sente, ele passa a se expressar pelo “desejo”, pela “fala” e pelo próprio “pensamento” das mercadorias; o que podemos denominar de Homem unidimensional, que será melhor analisado posteriormente nesta pesquisa.

Para ilustrar, o que discutiremos a seguir, vejamos o conto “ A morte do funcionário”, de Tchekhov (1987).

“Na Rússia pré-revolucionária, diz-nos o conto, havia um funcionário que além de ocupar uma função simples em sua repartição, diante de um dos seus ditos “tempos livres”, vai assistir um concerto no Teatro Municipal. Então, momentos antes do espetáculo começar, subitamente ele espirra em um general, o qual ocupava um posto chave na sua instituição de trabalho. Quando Tcherviakov – nome do funcionário- emite esse espirro que cai na farda impecável do general Brizjalov (o “grande chefe” da cidade), esse fato que se somará ao que virá em seguida, cria um clima de desconforto. O funcionário pede imediatamente desculpas, dizendo que aquilo foi involuntário e deselegante, mas não houve intenção de desrespeitar ninguém. Diante da resposta da suposta vítima, dizendo-lhe que aquilo não foi nada, Tcherviakov se ajoelha e falando alto, diz: “Suplico-lhe, ó general, perdoe-me por tal abuso!” O general, replica com firmeza: “Eu disse que não foi nada! Volte para o seu lugar, quero escutar o

concerto!” Resumindo, esse episódio acabou prejudicando o trabalhador, o qual, pela escrita de Tchekhov, para se punir por esse “erro”, pagou um preço muito alto: ele, após se humilhar no teatro, vai para casa e depois de narrar esse episódio para sua mulher e escutar dela que deveria “deixar isso de lado e seguir em frente”, de manhã, toma outra decisão. Tcherviakov, bem cedo, em vez de ir para o trabalho, bate a porta do tal general para se retratar. Ao avistá-lo novamente, Brizjalov começa a berrar e lhe diz: “Saia daqui! Nunca mais quero vê-lo!” Nosso trabalhador vai amargurado para sua casa. Lá chegando, ao se deitar no sofá da sala, é acometido por mal súbito e morre.”

Exemplifica-se aqui por esse conto esse episódio de um trabalhador se assujeitando a um comportamento contra ele mesmo, ainda que o dito opressor não tenha ligado por ter sido atingido pelo seu espirro no teatro. Em outras palavras, esse “assujeitamento” foi apenas a ponta de um iceberg. Ele, em tese, foi construído por um processo grupal ou institucional, o qual, a partir do dia a dia, acaba lhe moldando esses comportamentos inconscientes, por vezes contrários a sua emancipação. Obviamente nem todos os comportamentos que apreendemos na vida cotidiana e subjetiva, os quais se tornam inconscientes, conspiram contra a libertação humana. O sujeito, vivendo sob um ambiente cuja autoridade é extremamente autoritária, pode ter introjetado essa vivência de maneira inconsciente, de forma que passando por outras instituições que possuem figuras autoritárias, ele tenderá a se identificar com isso. Enfim, frente a isto, tenderá a repetir esses comportamentos, ou seja, estamos falando de um processo institucional que vai construindo nossa subjetividade, pela visão instituída, à medida que avançamos na nossa socialização. Esta, segundo

Bastos (2008), começa na família (socialização primária) e tende a prosseguir por outros agrupamentos: creches, escolas, igrejas, universidades, instituições de trabalho, etc. (socialização secundária).

Em suma, esse conto pode nos dar elementos para que o relacionemos com o nosso objeto. Sim, percebemos o quanto essas mulheres estão inseridas na lógica do consumo contemporâneo. Elas adquiriram um poder aquisitivo que permitem viver esse consumo. Todavia, questionamos sobre qual é a relação que existe entre o desempenho dessa profissão e a aquisição de bens materiais. A racionalidade capitalista em que elas estão presas justifica (pelo menos em parte) a “compulsão”, a não poupança e o consumo exacerbado de produtos sem uma significativa utilidade – afinal, quanto mais dinheiro ganham, mais gastam.

Segundo Marcuse, que considera que o capitalismo atual cria uma unidimensionalidade em todos os países (submetendo as subjetividades e as instituições sociais ao consenso mercadológico), estaríamos tendendo a ser submetidos a um totalitarismo, desse que nos impede de pensarmos diferente do “partido único de mercado”. Daí que, segundo essa lógica, podemos entender o pensamento dessas meninas, que se sentem inseridas na sociedade através do poder aquisitivo, dos bens materiais e da posição social que adquiriram.

O avanço da unidimensionalidade ocorre não às escondidas, mas à luz do dia, sobretudo, por um trabalho de retransmissão social peculiar: através da rede de instituições sociais. Tal rede, afora “retransmitir” a ideologia, ela tece “maquiagem” entre as “necessidades básicas” e as “necessidades não

básicas”, sobretudo, visando a hegemonia mais totalizante. Enfim, transmite um modelo que se inicia a partir da vida simbólica ou de uma produção da subjetividade que interfere em um ponto mais “visceral” para o indivíduo: sua produção de desejo inconsciente. Em outras palavras, não é que o trabalho da ideologia sobre as necessidades reais ou fictícias deixe de ser importante, porém, quando entra em cena a subjetividade hegemônica, há um aprimoramento da eficácia da unidimensionalidade, já que, inconscientemente, será o próprio indivíduo que terá prazer em desejar e servir ao capital. Obviamente, tudo isto ocorrerá através das instituições, ou seja, entrará em cena a instituição da família, a instituição de educação, de trabalho e assim por diante. Desta forma, cada indivíduo “aprenderá” a seguir o modelo de uma vida dita feliz dentro da sociedade de consumo (Bastos, 2014).

Um dos elementos primordiais que se mostra, ao analisamos a história dessas mulheres, é que de certa forma sustenta-se esse trabalho dentro da prostituição de luxo, ou seja, elas ganham muito dinheiro nessa profissão, assim, isso resulta no acesso ao consumo e na aquisição de importantes bens materiais, os quais, em curto espaço de tempo, dificilmente se conseguiria obter em outra profissão. “Parece até que é destino”, mas é uma criação social e subjetiva: essas meninas que, em tese, trabalhando em shopping ou loja ganham 2 mil por mês; trabalhando como acompanhantes de luxo ganham em média 15, 16 mil por mês. É praticamente impossível pensar que essas meninas deixarão de ser profissionais do sexo para serem vendedoras de loja ganhando um salário bem reduzido.

A sociedade, em geral, se torna cada vez mais inserida numa servidão voluntária deste modelo de capitalismo globalizado, onde segundo Marcuse podemos ver os efeitos da manipulação dos comportamentos humanos. “ Os indivíduos falam cada vez mais sobre diversidade, diferenças individuais , originalidade, porém de fato, estão se tornando cada vez mais parecidos uns com os outros, pois são permanentemente pressionados para se adaptarem a um padrão de pensamento e de comportamento unidimensionais” (Konder, 2010, p.80)

O capitalismo, através da atual globalização mercadológica, além de ditar as condições materiais do homem, ocupa agora o território subjetivo. Assim, uma vez instalado na nossa subjetividade, a rigor, o indivíduo passa a desejar, olhar e pensar de acordo com esses valores em qualquer parte do mundo. Tal fato, além de tender a levar esse indivíduo a se identificar com um modo de vida consumista (principalmente inspirado nos produtos e marcas de grandes empresas), contraditoriamente estimula também um tipo de liberdade, a qual, reduzida apenas ao mercado, aponta para, como já foi sinalizado, uma espécie de “servidão voluntária” a ordem hegemônica.

O homem unidimensional, ao construir um suposto consenso globalizado, não admite qualquer diferença que faça realmente a diferença: isto se traduz não só no rechaço a tudo que “não lhe é espelho”, mas também em se criar paradoxalmente os movimentos de “oposição” e de “liberdade”.

Detalhe: essa oposição e emancipação jamais poderão ultrapassar limites que ponham em risco os pressupostos do mercado.

Por maior que seja a pretensão totalitária desse atual modelo, criando um suposto consenso que exclui toda diferença, essa hegemonia não reina absoluta: há espaços, existem brechas dentro das instituições sociais, as quais, a partir daí poderão advir à resistência. Daí que é necessário ousar viver em minoria e também ir cotidianamente acumulando forças no trabalho de “formiguinha”, criando condições para que, sempre que possível, surja um movimento de ruptura e de lutas anti-institucionais específicas e concretas contra a hegemonia vigente.

Observe-se que ao se propor movimentos de resistências anti-institucionais e de questões específicas, a política mais geral não deve ser desqualificada. Ao contrário, essas lutas precisam ser articuladas as lutas anticapitalistas: articuladas a organização de movimentos sociais e também aos partidos que querem o fim do capitalismo. Não adianta querer mudar a sociedade apenas por lutas institucionais específicas, por mais que elas sejam concretas e justas, tais como são, por exemplo, as lutas antimanicomiais, as lutas pelo “passe livre” etc. Enfim, se elas ficarem restritas apenas ao território de suas especificidades e não tiverem a devida articulação com os movimentos políticos e partidários haverá grandes chances de fracassarem.

Todo esse esforço tenderá ao fracasso não só se não o articularmos a atividade política mais geral, mas também – e em especial – a questão das

lutas de classe. Sim! Mesmo admitindo que nada de errado há em se pensar as lutas específicas, cotidianas e singulares que envolvem inclusive o campo da vida privada e da subjetividade; ainda chamando a atenção que tal “campo” precisa estar articulado a política mais geral e inclusive partidária, desconsiderando esta última conclusão, estaremos caindo no erro de estarmos acariciando os próprios grilhões.

Enfim, negando a luta de classe, não só estaremos subscrevendo nossa própria prisão, como também virando as costas para uma ferramenta de vital importância que poderá nos emancipar e criar a nova ordem socialista.

Desta maneira, o que caracteriza Marcuse de outros pensadores, os quais estudam a subjetividade, é o seguinte: malgrado a forma que a pensemos (subjetividade, institucionalismo, homem unidimensional, rede transversal de instituições etc.), nada disto se sustenta se não houver a devida articulação com a luta de classe. Basta recordar que, para ele, se é preciso romper com esse afeto equivocado pelos “próprios grilhões” (alimentado às vezes pela subjetividade hegemônica), é impossível a emancipação se desconsiderarmos essa questão da classe. Aliando tais lutas às distintas maneiras de se ver a subjetividade, em síntese, nós construiremos a “verdadeira imagem do futuro” emancipado, mas pelo combate as instituições hegemônicas a partir de hoje.

CAPÍTULO II

A Prostituição de Luxo⁴

Nesta parte do trabalho abordaremos a prostituição de luxo, fator que é importante para nossa pesquisa. Antes de a definirmos, gostaríamos de observar alguns acontecimentos que reparamos em termos do estudo deste objeto. Em geral, embora muito se fale na prostituição de forma genérica, no quesito específico da prostituição de luxo, encontramos certa dificuldade, tanto para levantar os dados junto às fontes de pessoas (“meninas que não queriam dar entrevista, se expor”), quanto para termos acesso aos dados, trabalhos e pesquisas recentes sobre o tema⁵.

Procurando matérias que pudessem embasar meu estudo, percebi que poucos abordavam a temática da prostituição de luxo, ou mesmo tratavam de

⁴ Este capítulo foi elaborado, sobretudo, a partir das seguintes fontes: Revista TPM (2009), Barros (1998), série O negócio (HBO).

⁵ Referimos as pesquisas recentes e as dificuldades de sua atualização, pois , diante das novas tecnologias que se expandem em rápida velocidade, a prostituição de luxo vem mudando também numa velocidade estupenda: Ainda existem as casas de massagens, ditos “puteiros de luxo”, contudo com o advento das novas tecnologias, sobre a inspiração da globalização, do empreendedorismo, muitas dessas meninas passam a ser profissionais autônomas tendo sua própria clientela, cujo contato é feito através das novas tecnologias (tablets, smartphones, whatsapp). Claro que essas pessoas (clientela) possuem um auto poder aquisitivo.

conhecer a vida dessas mulheres, seu universo, suas vidas e o modo de funcionamento desse mercado do sexo de alto nível, me instigando ainda mais a querer pesquisar sobre o assunto.

Pude perceber que este tema geralmente é abordado a partir dos seguintes pontos de vista: a questão da vitimização da mulher prostituída; prostitutas pobres; a discussão acerca dos processos de estigmatização; preconceito; a escolha dessa profissão como única possibilidade; o problema da exploração sexual e questões relativas à regulamentação da profissão.

Tendo como base para esse estudo a Série “O Negocio”, que trata da prostituição de luxo, pude perceber que se trata de um mundo totalmente diferente, onde as prostitutas podem ser felizes, podem estar felizes com sua profissão, podem gozar e curtir seus programas, fato que uma sociedade moralista resiste em aceitar, tentando pregar o contrário (o papel da prostituta sofredora, flagelada, explorada e infeliz).

Obviamente isso está atrelado às possibilidades e autonomia que cada uma delas consegue desenvolver. Através da série é possível conhecer um pouco o meio em que elas estão inseridas e a forma como se configura o mundo da prostituição de luxo. As acompanhantes de luxo são profissionais do sexo que, de um modo geral, reúnem as seguintes características: são de classe média e tiveram a oportunidade de estudar em boas escolas particulares; dedicam cuidados especiais a seus corpos; por vezes são ou foram universitárias; falam no mínimo dois idiomas e frequentam lugares caros, utilizando roupas de grife. Diferente das prostitutas pobres, essas meninas jamais fazem “ponto” na rua e não se expõem. Trabalham em casas discretas

ou boates frequentadas por empresários, políticos, jogadores de futebol ou qualquer homem/mulher/casal com um alto poder aquisitivo. Isso sem contar que observamos também que algumas são autônomas, ou seja, trabalham por conta própria, fazendo uso das novas tecnologias⁶ para obterem contato direto com seus clientes sem intermediários.

Para ilustrar, a propósito, vejamos o relato de uma considerada “acompanhante de luxo”, o qual colhemos entre as mídias que tentam trazer à tona esse universo:

“Patrícia⁷ também tem 25 anos, é formada em marketing, aluna de pós-graduação de uma faculdade respeitada de São Paulo e tem um cliente que deposita, “religiosamente”, R\$ 5 mil por mês em troca de encontros esporádicos. Há dois anos no ramo da prostituição de luxo, ela ajudou os pais a abrirem pequenas empresas e, quando não está trabalhando com eles, ou com seus clientes, gosta de comer sushi em restaurantes de Moema – o que lhe custa uma média de R\$ 100 por refeição, duas vezes por semana. Ainda mora com os pais, que acreditam que a filha ganhou uma bolada ao ser demitida do antigo emprego e que agora trabalha como freelancer na área de marketing. “Me considero privilegiada pelo meu trabalho. Essa oportunidade é um presente de Deus”, orgulha-se.” (TPM, 2014, p. 2).

⁶ Anúncios em sites de luxo, whatsapp etc.

⁷ Nome fictício.

O estranho, é que essas meninas, mesmo obtendo prazer nesse ofício e ganhando muito dinheiro, estão vivendo sob a cidadania universal? Até que ponto, até sem perceberem, elas não estariam se realizando, mas dentro apenas da cidadania que se reduz ao alto poder de consumo? Isso que gostaríamos de investigar nesse trabalho e que discutiremos adiante.

Outra característica que marca as acompanhantes de luxo é o excessivo cuidado com os cabelos, com a pele, com o corpo, com a higiene íntima, com o uso de preservativo, com a alimentação e com o uso de roupas de boa qualidade. É grande a frequência em salões de beleza, em academias de ginástica, em clínicas para tratamentos estéticos e em lojas que vendem roupas de marcas caras. Isso porque sua aparência é o seu cartão de visita e quanto mais bonitas, bem vestidas e, principalmente, menos aparentarem serem profissionais do sexo, melhor será sua clientela. Haja vista que um dos fatores que as caracterizam como acompanhantes de luxo são justamente não parecerem profissionais do sexo. Todas essas características reunidas supervalorizam o produto oferecido por essas mulheres, o prazer sexual, de modo que se utilizam disso para cobrarem um alto valor pelos serviços que prestam. Como meio de divulgar seu trabalho, é comum que as acompanhantes de luxo usem para divulgação sites da internet. Através desses sites as meninas postam fotos e informações pessoais para os clientes entrarem em contato, e assim poderem marcar os programas. Nessas fotos as meninas mostram seus corpos, contudo, a grande maioria esconde o rosto, para não se exporem e manterem o anonimato. Muitas delas escondem da

família ou do(a) parceiro(a) que se prostituem, bem como não querem ser reconhecidas como garotas de programa.

Os locais que frequentam como restaurantes, bares e festas, não são locais populares como acontece com as prostitutas pobres. Elas vão a restaurantes caros, a bares badalados, a festas onde estão presentes pessoas de alto poder aquisitivo. Comumente, as acompanhantes de luxo possuem veículos próprios, as que não têm costumam usar serviços de táxi para se locomoverem, principalmente quando se trata de atender algum cliente. Embora, em tese, estejam disponíveis através de sites, não é uma tarefa tão simples encontrar acompanhantes de luxo, ao contrário do que observamos com as prostitutas do dito baixo meretrício. Isso se dá justamente pelo fato de elas não estarem expostas nas esquinas, nem em casas de prostituição populares que têm letreiro na porta identificando o lugar. As casas que essas meninas frequentam para encontrar seus clientes são casas discretas, onde não há nada que as identifique como casa de prostituição. Em geral, onde há estas prostitutas de luxo, há também um mercado próprio para o negócio rentável de sexo, o qual é frequentado por pessoas da alta sociedade que não querem ser reconhecidas enquanto consumidores de serviços sexuais. A clientela que procura esse tipo de serviço sexual é exigente, querem meninas bonitas, bem instruídas, elegantes, que saibam se portar e conversar, visto que elas não apenas são contratadas para o ato sexual, mas também para acompanhar os clientes em festas, jantares e viagens, algumas recebem apenas para ouvir o cliente, sem que ocorra relação sexual. Muitas dessas meninas são universitárias e se prostituem para pagar seus cursos na

universidade. Há também meninas que são formadas, mas que encontram na prostituição de luxo uma maneira de ganhar uma renda maior do que ganhariam atuando dentro de suas áreas de formação.

Para ratificar tal quadro exposto acima, trago mais relatos das acompanhantes de luxo, que foram retirados da revista TPM: As garotas de luxo são muito parecidas com as mulheres que esses clientes conhecem nas baladas, são também estudantes de enfermagem e profissionais de marketing, entre outras ocupações, mas com estas eles evitam ficar por serem casados ou para não correrem o risco de se envolver. Os clientes levam garotas como Andressa para passear em seus aviões particulares, barcos, helicópteros ou carros como Mini Cooper, Audi e Land Rover. Talvez por isso, mesmo quando não estão trabalhando elas não cogitam a hipótese de usar transporte público... Tanto Andressa quanto Taís, e outras garotas similares, entraram no ramo pela indicação de amigas. No começo, achavam absurdas as histórias que ouviam, mas vendo que as meninas não repetiam roupa, viajavam e iam a jantares chiques, começaram a questionar a vida convencional que levavam. “Hoje me sinto pobre se tiver menos que R\$ 1 mil na carteira”, conta Patrícia.

A prostituição de luxo parece ser um meio encontrado por essas mulheres para terem um bom padrão de vida, de poderem pagar suas contas e sustentarem suas famílias sem sufoco, restando ainda uma boa quantia para elas guardarem ou gastarem como quiserem. Elas querem comer bem, vestirem-se bem, mobiliar suas casas com bons móveis, ou seja, querem uma vida boa, confortável, de modo a não passarem por necessidades. Querem também conhecer pessoas novas, ir a lugares novos, viajar, aproveitar o que o dinheiro pode proporcionar.

Capítulo III

Cidadania Universal e Cidadania de Consumo

UMA HISTÓRIA DA CIDADANIA NO BRASIL

Nesta parte do trabalho pretendemos discutir a questão da cidadania no Brasil, especialmente ressaltando que sob a globalização atual, ela se destaca como uma cidadania focalizada, principalmente para grande parte de sua população. Neste sentido, num primeiro momento a discutiremos por um breve debate histórico desde a colonização até o Brasil atual (Carvalho, 2001). Num segundo momento ressaltaremos, do ponto de vista da atualidade, a questão da cidadania focalizada ou da cidadania de consumo, particularmente relacionando-a com o nosso objeto (Cancline, 2006).

3.1 A cidadania brasileira e sua discussão histórica

O Brasil colônia se denotava por uma sociedade altamente aristocrática, ou seja, o país conservava um modelo de sociedade incapaz de conceber aos sujeitos, o conceito de cidadania. Não havia a possibilidade de ascensão social dos escravos, tampouco os latifundiários perdiam suas regalias. A divisão entre as castas era muito clara e absolutamente intransponível.

A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade; a sociedade colonial era escravista de alto a baixo" (Carvalho,2001, p.19)

Durante o período Colonial já podemos ver um modelo de produção que visava exclusivamente os interesses dos latifundiários, excluindo assim grande parcela da população, lembrando que os escravos, nem parte do sistema faziam. Uma minoria garantia suas riquezas e bens, em cima do trabalho e exploração da maioria.

Essa produção tinha duas características importantes: exigia grandes capitais e muita mão de obra. A primeira foi responsável pela grande desigualdade que logo se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes, e a segunda pela escravidão dos africanos (Carvalho, op. cit., p.18)

Não era possível se pensar em uma sociedade formada por cidadãos de direitos, vigorava apenas a lei dos grandes proprietários, os escravos eram desprovidos de qualquer tipo de direito. O cidadão comum não podia contar com uma justiça pública, a garantia dos direitos civis era inviável, não existia um poder público que pudesse proteger os indivíduos.

A colonização foi um projeto totalizante, cujo objetivo era ocupar o novo chão, explorar os seus bens e submeter os nativos ao seu império pela força, sempre que necessário. O mesmo se deu com os negros, trazidos aqui na condição de escravos. A construção de uma cultura e identidade nacional, por conseguinte, nunca foi uma empreitada levada a sério no Brasil. Num primeiro

momento, observava-se a preponderância de imperialismo colonizador cuja finalidade era pautada na exploração de recursos naturais, imposição de cultura e costumes, voltados para satisfação de interesses próprios. Tudo isto era e foi, de fato, o nosso processo de formação que carrega características e vícios até os dias atuais. Isto sem contar que ao longo do processo de mudanças de governo, que vai desde o período colonial até o republicano, esse processo “vicioso”, vai ganhando apenas faces diferentes.

A situação da cidadania apresentada, à época, podia ser resumida como um conjunto de privilégios aos que possuíam a propriedade privada e acesso aos bens produzidos, ou seja, uma minoria da população. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, e dos direitos sociais nem se falava. Quanto a assistência social, ela estava a cargo da Igreja e de interesses particulares. Constata-se nesse período que não existiam os direitos civis individuais, como o acesso a educação e ao voto, por exemplo. A educação, não era prioridade da coroa portuguesa, a população brasileira precisava de uma revolução capaz de lhe oferecer direitos civis e políticos.

O primeiro direito adquirido na sociedade brasileira, na ordem cronológica dos direitos que caracterizam a ideia de cidadania, foi o direito político. Mas como era definido esse direito e quem eram os indivíduos que a ele tinham acesso?

Levando em consideração que apenas os letrados e os proprietários de terras tinham acesso a essa cidadania, os eleitores de fato, representavam uma parte ínfima da população. Os mais de 85% da população eram analfabetos, não tinham capacidade de interpretar nenhum documento.

Entre os analfabetos, incluíam-se muitos dos proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em zonas rurais, sob o controle ou influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. (Carvalho,2001p.32)

A ideia de representatividade, assim como a ideia de pertencimento a uma Nação, não foi estimulada pela Coroa e nem era conveniente para a elite conservadora, a grande maioria dos brasileiros não tinham ideia do que era votar. Desta forma, o conceito de direito político através do voto, era na verdade, uma forma da minoria privilegiada obter vantagem da população desfavorecida. O que estava em jogo não era o exercício do direito do cidadão, mas sim, o domínio político local. A ideia de um poder genuinamente público, não existia, ou seja, o voto influenciado e comprado representava uma extensão da não-garantia dos direitos civis inalienáveis.

O conceito de direito foi erguido em nossa sociedade, mas se sujeitou a interesses estritamente privados, quer dizer, acima do bem-comum. Em outras palavras, estamos falando aqui do critério da renda o qual segregou e marginalizou a população mais desprovida e mais numerosa do Brasil. Desta forma, grosso modo, já vemos indícios do surgimento do que hoje chamamos de cidadania focalizada, que tem em seu ápice um forte apelo a todos os indivíduos: só se é cidadão quando se tem um alto poder de consumo.

Especificamente, aqui, poderíamos trazer à tona as prostitutas de luxo frente ao conceito de cidadania construída no Brasil atual. Em outros termos, observamos que, em que se pesem as exceções, muitas dessas meninas querendo se inserir socialmente, elas acabavam se profissionalizando na área

do sexo pago, pois fazendo "programa", aumentavam o seu poder aquisitivo. Desnecessário apontar que como mostramos no capítulo anterior, uma semana de programa pode equivaler a dois meses de trabalho, principalmente na hipótese delas estarem trabalhando em um shopping.

Em relação à escravidão, retornando a nossa discussão, pode-se dizer que os valores de liberdade individual não constituía algo fundamental no Brasil, a abolição tardia da escravidão representou um passo atrás na busca de uma cidadania para a população. A título de exemplo, podemos citar o fato da naturalização da escravidão, tendo em vista que muitos escravos libertos possuíam seus próprios escravos. Os argumentos em defesa da Abolição passavam longe dos ideários associados aos direitos civis, aos direitos individuais. O discurso era pautado na lógica nacional de que caso a abolição continuasse, o país iria enfraquecer, inclusive economicamente.

Realizando um balanço histórico, de acordo com Carvalho (opi.cit.), observa-se que da passagem do período colonial à independência brasileira, o conjunto de direitos, civis, sociais e políticos, que poderiam gerar um Estado de cidadãos, praticamente inexistia. A própria independência não foi capaz de introduzir mudanças radicais no conjunto desses direitos. Apesar de constituir um avanço no que se refere aos direitos políticos, a independência, feita com a manutenção da escravidão, trazia em si grandes limitações aos direitos civis. Houve, inclusive, retrocesso no que concerne aos direitos políticos, pois aos analfabetos não mais foi concedido o direito ao voto. A partir daí, somente os mais abastados e letrados estariam aptos a participar do processo político.

Ainda que o direito (civil) à liberdade, à não-escravidão, estivesse garantido desde 1888, os outros direitos civis – e políticos –, supostamente garantidos, eram muitíssimo precários, o que teria retardado, efetivamente, a conquista de direitos sociais.

Foi a partir de 1930 que os avanços na esfera dos direitos sociais puderam ser notados. Paradoxalmente, embora nestes anos estivéssemos sob a ditadura Vargas a qual se identificava de certa forma com um tipo de bonapartismo, houve também esses avanços sociais. Em outras palavras, observa-se aqui uma ampla legislação trabalhista e previdenciária, a qual foi formulada, bem como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para assegurar o direito dos trabalhadores formais. Isso sem contar que ainda na esfera dos direitos sociais, o voto passou a ter um peso importante por sua crescente extensão e pela também crescente lisura do processo eleitoral.

[..]os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado (Carvalho,2001, p.115)

Via-se que existia uma proximidade do Estado com a estrutura de certos sindicatos, porém, mais a favor dos interesses do governo que dos trabalhadores. Na prática, apesar de existir um esforço na formulação de leis trabalhistas, não se tocava nas velhas feridas das desigualdades.

A ideia de "cidadania regulada" que traz como pressuposto as restrições políticas para a obtenção do direito, fica bem retratada nessa época do Brasil.

Um exemplo disso, era a interferência do governo na dinâmica dos sindicatos, que privava os trabalhadores de sua independência política.

Curiosamente se, na maioria das outras nações que trilharam o caminho da construção da cidadania, tal como, por exemplo, os Estados Unidos, essas nações construíram sua cidadania primeiramente pautada nos direitos civis e posteriormente nos direitos políticos. No Brasil ocorreu uma inversão. Aqui, observamos que a cidadania se iniciou primeiro pelos direitos sociais, de forma que a duras penas tentou-se e ainda se tenta até hoje fazer valer para todos e não apenas para alguns, os direitos políticos e a própria democracia plena. Assim, apesar dos grandes avanços conquistados com as leis trabalhistas, no Brasil, constituiu-se uma cidadania passiva e receptora em detrimento de uma cidadania ativa e reivindicadora (Carvalho, op. cit.)

Já quanto há existência de uma participação popular mais efetiva, isso só vem acontecer em 1988, com a concretização de nossa constituição cidadã. Sim, pela primeira vez na história do Brasil criou-se não só uma série de garantias de direitos sociais, como também se contou com uma efetiva participação e conscientização de vários setores que a rubricaram.

A título de ilustração, a partir dessa constituição cidadã, vários progressos na área social foram atingidos, dentre eles, a fixação de teto para as aposentadorias, a fixação de um salário –mínimo para os trabalhadores rurais, a introdução da licença-paternidade. Além disto, foi também possível evidenciar uma melhora nos índices de escolaridade e na educação básica. Enfim pela primeira vez no país, a sociedade Brasileira passou a se aproximar

de um estado de bem - estar social, o fato é que a constituição, à época, oferecia esse contexto.

Apesar dos avanços na área social, vários entraves dificultavam o Brasil a ser bem sucedido no quesito cidadania. A continuidade das desigualdades sociais impossibilitou, por exemplo, como ainda impossibilita, uma cidadania plena para a população, em vez da cidadania de consumo. Mas, não obstante tudo isso, infelizmente, as desigualdades sociais continuavam e continuam preponderando. Tal fato se explica, menos como algo relacionado a uma dita natureza humana apequenada que vive no Brasil, e mais como uma perpetuação dessas misérias, graças a uma elite econômica que historicamente só pensa em seus próprios benefícios. Isto, a rigor, vem ocorrendo desde a fundação do Brasil, ou seja, aqui as oligarquias sempre estão no comando em detrimento dos direitos sociais para todos.

Marshall (2002) elaborou o conceito de cidadania contextualizando-o na Inglaterra do final do século XIX, a partir do surgimento dos direitos – civil, político e social – que segundo ele, seriam constituintes desta cidadania, denominada contemporaneamente, de cidadania plena. Porém, tal conceito de cidadania, na verdade, é culturalmente “vendida” aos indivíduos, pois não existe cidadania plena para a população desfavorecida, uma vez que a maioria da população brasileira não agrupa em seu cotidiano as três esferas defendidas por Marshall, as quais compõem a categoria de cidadania plena.

3.2 A cidadania e o Brasil atual: Só é cidadão aquele que é consumidor?

Considerando que a cidadania plena, neste momento, sob os auspícios da ordem neoliberal, é algo que não está em pauta; considerando que nesta

ordem, segundo tal hegemonia, só é possível à cidadania focalizada, nesta parte do trabalho vamos discuti-la.

A Cidadania focalizada, sob a ordem neoliberal, de acordo com Canclini (2004) se refere antes de tudo a cidadania do Estado mínimo. Isto quer dizer: para este autor, na ordem atual, a cidadania só é possível para os cidadãos que têm alto poder de consumo. Ou seja: para grande parte da população, a qual às vezes vive próximo da miséria e/ ou até abaixo da linha da miséria, o Estado capitalista não possui dinheiro. Assim, ela fica sujeita a cidadania focalizada. Isto se traduz, em resumo, no fato de que em vez dessa população usufruir dos direitos universais, tais como, saúde plena, educação plena, transporte público gratuito etc, ela terá vale transporte, vale alimentação etc. quer dizer, ao tomar tal procedimento, a empresa ganha vantagens no FISCO. Isto sem contar que para cobrir a lacuna da educação pública gratuita, alguns e não todos na situação de pobreza, terão uma bolsa de estudo restituível, (obviamente os bancos que emprestarão dinheiro, lucrarão com isso). Para as classes que não tem financiamento a casa própria, elas obterão o dito apoio do governo que estará aliado com as empreiteiras: minha casa minha dívida (as empreiteiras ganham muito dinheiro, o banco financia e o usuário pobre terá prestações a perder de vista).

Nos dias de hoje podemos citar o conceito de cidadania plena, que agrupa os direitos civis, políticos e sociais e encontram-se concentrados em uma pequena parcela da população. Em tese, sob a globalização atual a qual o Brasil está mais do que inserido, só 1% da população tem cidadania plena. Talvez guardando as devidas proporções, historicamente falando, pode-se

dizer que, desde o período da colonização, passando pelo império e chegando a republica, há uma metáfora que espelha a sociedade brasileira e suas elites. Referimo- nos a metáfora que diz: para casa grande há todos os direitos e o Estado está sempre a servi- la; para a grande maioria da população resta-lhe o Estado mínimo e/ ou as políticas assistencialistas de cidadania focalizada a qual mantém o povo sobrevivendo, mas sempre sob a senzala.

O curioso é que talvez se possa fazer uma relação com a prostituição de luxo e a forma que as meninas de programa tendem a desenvolver a sua subjetividade, de forma a se identificarem extremamente a tal sociedade de consumo. Como vimos no primeiro capítulo, a subjetividade não se resume a uma questão individual. Ao contrário, ela é mesclada na cultura do capitalismo sob as tintas das instituições sociais (família, escola, religião, etc), produzindo aqui uma alma “individual” de consumo. Tal alma individual que é produzida no bojo destas instituições, antes de tudo, fala de acordo com o homem unidimensional.

Mas há também sintomas perturbadores oriundos das mudanças trazidas pelo renascimento liberal. Refiro-me ao desenvolvimento da cultura do consumo entre a população, inclusive a mais excluída. Para ilustrar, podemos trazr a tona alguns exemplos surgidos em meados de 2014: especialmente em São Paulo, os jovens de periferia nesse ano citado, talvez inspirados nas jornadas de junho de 2013, estavam se organizando em grupos para fazerem “rolézinhos” em shoppings. Não que eles não tivessem direito de ir aos shoppings consumir, mas até que ponto tal fato não pode ter sido um sinal de que os governos do PT, embora tenham dado alguma contribuição para

diminuir a grande miséria do Brasil, ajudaram, sim, as classes pobres, mas as inseriram apenas pelo viés do consumo? Em que medida, por exemplo, se esses governos tivessem ousado numa política de inserção da cidadania plena “escola pública realmente de qualidade, saúde de qualidade, emprego como direito universal”, etc, a história do Brasil não poderia ter sido diferente, inclusive evitando que a população acabasse votado até mesmo em seus próprios opressores (candidatos de direitas)?

A cultura do consumo dificulta o desatamento do nó que torna tão lenta a marcha da cidadania entre nós, que é a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor. A desigualdade é o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática.

Cidadania e consumo são conceitos que têm por princípio o fato de que as pessoas precisam exercê-los para que eles existam. Cabe aqui apenas trazer outra reflexão sobre consumismo e cidadania. Os apelos consumistas dos dias de hoje tendem a passar uma ideia errada que só tem cidadania quem tem poder de consumo, principalmente aquele que usa a ostentação como forma de autoafirmação em uma comunidade ou círculo de convivência. A sociedade de hoje tende a passar a ideia que só temos cidadania se formos consumidores

Muito se fala em ser cidadão e ter cidadania, mas tão pouca gente sabe, em verdade, o significado dessas palavras e ainda mais de onde vieram e como chegaram aos dias atuais. Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei. É, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade a conquistar parte desses direitos.

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. O conceito de cidadania esteve ligado, durante mais de século, à classe burguesa. Afinal, cidadania vem de “cidade”, e cidadão era o homem que, livre do terreno feudal, habitava a cidade. Assim, “cidadão” e “burguês” eram, grosso modo, entendidos como conceitos sinônimos. Hoje, cidadão é aquele que convive numa sociedade respeitando o outro, cumprindo com suas obrigações e gozando de seus direitos.

Da mesma maneira, como cidade era o símbolo da liberdade, em contraposição à servidão feudal, e como seus habitantes não eram nobres aristocráticos, a palavra chave que exigiam era igualdade. Quando a burguesia assume o poder, na Revolução Francesa de 1789, as palavras igualdade e liberdade ganham conteúdo ideológico. E com elas, o conceito de cidadania.

Constituir-se como cidadão é assumir-se protagonista do processo histórico. E, assim sendo, o cidadão não delega responsabilidades, não deixa parte de si para outrem. Ele luta pelo bairro onde está, participa politicamente, não aceita perder conquistas já efetuadas, exige salário digno para aquilo que faz, exige justiça para si e para os outros. Não existe educação senão para a constituição da cidadania plena, quer seja do indivíduo, quer seja da coletividade.

Especialistas afirmam que o Brasil não é um país pobre, mas extremamente injusto, desigual e com muitos pobres, concluindo que “a origem da pobreza do Brasil não está na falta de recursos, mas na má distribuição dos recursos existentes” (BARROS, 2001).

A enorme desigualdade na distribuição de renda é entendida, assim, como a causa determinante da pobreza no país. A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE reforça a desigualdade como característica marcante da sociedade brasileira, ao mostrar que 1% dos brasileiros mais ricos acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres, e que os 10% mais ricos ganham 18 vezes a renda dos 40% mais pobres (IBGE, 2002).

Entre a globalização e o *globalitarismo*

De acordo com Milton Santos (2007), espera-se uma globalização integradora dos valores civilizatórios, entre os diferentes povos. Ela em si é uma boa ideia, pois busca-se uma união sobre tudo na partilha da economia, do conhecimento, da cultura, da ciência, superando o nacionalismo sectário. Contudo, o que se critica é uma globalização que reduz todas as relações ao mero interesse mercadológico. Eis o que denominamos aqui de globalitarismo, fato que discutiremos a seguir.

Em relação à globalização mercadológica ou globalbarbarização que estamos usando como sinônimo de globalitarismo, há que se considerar a emergência de uma dupla tirania: a do dinheiro e da informação, fatores que estão intimamente relacionados. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar, segundo novos costumes, as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo; a criação de desigualdades em potencial que cria riqueza e através da qual apenas uma ínfima camada de população tem de tudo enquanto a grande maioria nada tem; a adoção de um pensamento único a favor de lucros abusivos, tudo isso é a fonte desse totalitarismo. Daí não é à toa que Hobsbawm (2013), a propósito dessa globalização, provocativamente diz que, sob a liderança dos USA, ela está acontecendo de forma totalmente injusta, pois, para a grande massa da população mundial, globalizaram tudo de há de ruim no Texas...

Parênteses: Segundo Lowy (2012, 2013), no final dos anos 80, o mundo comemorou a queda do muro de Berlim, o qual pôs abaixo o autoritarismo stalinista, que não era socialista de fato. Contudo, com a vitória do Neoliberalismo, daí para frente, instituindo-se a globalização, apenas sob o viés econômico que beneficia unicamente 1% da população, em detrimento de 99%, instaurou-se pelos diferentes países um lamentável muro do dinheiro.

Entre os fatores constitutivos dessa globalização, observa-se a forma como a racionalidade tecnológica⁸ é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro, como motor da vida econômica social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e percepções fragmentadas, bem como esse discurso de “pensamento único” do mundo a favor do mercado. Tal fato, como se sabe, além de ser uma das bases dos totalitarismos, quaisquer que eles sejam, é também um dos fundamentos do atual globalitarismo (ANDERSON, 1999; EAGLETON, 2010).

No mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a construção da subjetividade em prol da ordem capitalista, constituem o presente estado de coisas. Ora, aqui, tanto a competitividade comanda nossas formas de ação, quanto o consumo a nossa forma de inação. E a construção da subjetividade tanto gesta uma “alma” a favor dos valores mercadológicos, e também há todo

⁸ De acordo com o pensamento de Marcuse (1982, 1981), a globalização atual nos submete a um tipo de razão que está diretamente relacionada com a tecnologia e um modo de vida próprio mercadológico. É quase que impossível viver fora dessa razão tecnológica, ou seja, ela aqui é sinônimo não só de uma razão consensual, mas também de todo um acesso a cultura tecnologia, saúde, educação, aos bens visíveis e invisíveis da vida hegemônica.

um processo subscrito através das instituições sociais que nos faz “ver”, pensar e desejar as próprias mercadorias. Evidentemente esses conjuntos de fatores junto aos indivíduos, a rigor, colaboram para que cada um de nós tenha um entendimento tal qual a sociedade dominante quer que tenhamos. Isto sem contar que com a expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra; a competitividade tem a guerra como norma. Enfim, há a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o para tomar seu lugar (Marcuse, 1997).

O consumismo e a competitividade levam ao apequenamento ético e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e a visão do mundo, convidando também a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. É certo que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque aqui jamais houve a figura do cidadão. As elites brasileiras, em tese, apresentam historicamente certa dificuldade em discutir abertamente o conceito de cidadania, mas diante da globalização atual essas elites adotam um discurso, a propósito, contraditório: de um lado, as classes subalternas e todos os homens, para tais elites, têm direito de adquirir qualquer mercadoria (automóveis, fogão, televisão, computadores), ou seja, são os bens materiais ou compreensíveis. De outro, quando se trata dos bens de cidadania que fogem ao parâmetro material, quer dizer, os bens incompreensíveis (acesso a saúde, educação de qualidade, cultura), esses só podem ter acesso as classes de maior poder aquisitivo. Ressalte-se que estes últimos bens de cidadania, são os que trabalham a consciência e emancipam o homem, daí essa barreira junto a grande parte da população (Bastos, 2015).

Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regra de vida, mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono, da solidariedade, com a implantação galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a entrada do reino da competitividade. Trata-se de uma espécie de Revolução pró-globalização, pela qual os cidadãos de todo o mundo se comunicam instantaneamente; bens e serviços são trocados a todo instante entre os mais extremos pontos do planeta, tornando o conceito de consumo global uma realidade. Neste contexto, países menos desenvolvidos econômica e socialmente, correm risco considerável de perderem a identidade no cenário que se desenvolve (Marcuse, 1982, 1981).

Há uma forte tendência totalitarista a favor da ordem mercadológica, tal tendência não se limita só a esfera do trabalho clássico, mas atravessa todas as funções pelas quais o indivíduo busca o seu sustento: seja através de atividade empresarial ou não. Isso também se aplica junto à esfera política e as relações sociais. A questão da forte tendência totalitária, a rigor, nos é apresentada de uma forma tão consensual, que na maior parte das vezes acabamos a aceitando como se fosse algo natural. Em outras palavras, aqui parafraseando Roland Barthes (1980), não que o capitalismo nos impeça de dizer, mas aqui nos impõe uma única forma de fazê-lo. Ou seja, não que estejamos proibidos de trabalhar nisso ou naquilo, mas, somente conseguiremos nos sustentar e ser inserido socialmente, se vendermos nossa

força de trabalho, de acordo com os valores bastante identificados ao do mercado.

Curiosamente, também o capitalismo atual avança, perpassa, e captura os próprios movimentos de resistência e os de libertação. Em outros termos, não que o capitalismo proíba que haja oposições ou pensamentos de resistência ou pensamentos progressistas, ao contrario ele até estimula tais movimentos, desde que eles estejam sempre dentro dos valores do mercado.

A globalização, como se mostra atualmente, não vem tomando um bom caminho, pois prega à falsa ideia de que todos os estados devem ter o mesmo tratamento, o que é impossível tendo em vista as enormes diferenças entre eles. O ideal é que se difunda minimamente as ideias e políticas que preservem a identidade cultural e regional de cada nação, para que possam usufruir da melhor forma seus pontos positivos.

Conclusão

A primeira conclusão desse trabalho aponta que, baseando-se no homem unidimensional, da crítica Marcuseana, as profissionais de sexo, de luxo, discutidas aqui, com vistas a se sentirem incluídas sócio economicamente, em tese, acabam transformando sua sexualidade numa mercadoria cujo preço tem uma alta cotação no mercado.

O capitalismo atual, como vimos, dita tanto as condições econômicas para o homem, como as condições subjetivas, produzindo-se aqui uma alma de consumo: você passa a pensar, sentir, desejar e até ver como o capitalismo quer. A globalização foi reduzida ao mercado, e é produzido um modo de vida que tenta dominar a totalidade do homem, onde tudo vira mercadoria, inclusive a cidadania. Neste sentido, em geral, só é cidadão aquele que tem um alto poder de consumo, e isso, como se vê, corre o risco de se tornar um tipo de existência que se aproxima lamentavelmente de um fascismo. Sim, pois em vez de garantir a cada ser humano seus direitos plenos de cidadania, entra em cena apenas “direitos” para os que possuem bastante dinheiro.

A segunda conclusão do nosso trabalho traz à tona um destaque sobre um determinado grupo que se sobressai no agrupamento geral das profissionais de sexo. Sim, estamos falando aqui de um grupo particular dessas profissionais, ou seja, as profissionais de luxo do nosso objeto de pesquisa. A rigor, constatamos que esse grupo de mulheres para manter o padrão de beleza exigido pela atual sociedade de consumo, destacam-se de todas as outras de sua profissão, pois só existem se tiverem muito dinheiro, investindo sempre em sua beleza, seja através de produtos caros, seja através de tratamentos estéticos, restaurantes Vips, academias caras, personal trainer etc.

Enfim, de forma geral, tais mulheres frequentam faculdades particulares (as quais cobram mensalidades altíssimas, tipo a PUC); possuem carros do ano, moram na zona sul, estão sempre nos lugares de alto poder de consumo, bem como sua existência precisa denotar um padrão monetário alto.

O problema disso na prostituição de luxo, é o fato de a própria mulher se tornar mercadoria para se inserir na sociedade, ou seja, elas se veem como cidadãs por conta do dinheiro, do poder aquisitivo. Em geral, nesse meio a falta de uma rede de apoio é um grande problema, falta apoio da família, conhecimento cultural, suporte emocional. Isto sem contar que essas profissionais precisam passar uma imagem de que estão sempre bem, felizes e têm uma vida de sucesso e saudável.

Diante desse mundo globalizado, a cidadania de consumo que é produzida, seduz, e em geral as profissionais do sexo tem um problema: primeiro elas não têm direitos universais. Enfim, para terem sucesso nesse tipo de trabalho, precisam abrir mão disso, ou pelo menos fingir que elas não tem esse lado. Em outras palavras, partindo do fato de que, aqui, elas precisam estar sempre lindas, jovens e disponíveis; elas não podem, como todos nós que somos humanos, enfrentar doenças, ter seus dias tristes e/ou qualquer outro problema que temos, sob pena de perderem sua clientela. Tal clientela, a rigor, não quer perder tempo com pessoas comuns, já que estão pagando, querem alimentar sempre uma pseudofelicidade eterna, um mundo sem doenças, sem crises emocionais, sem o cotidiano, ou seja, pagam para que possam ter relação sexuais com pessoas que não podem ser humanas, inclusive como os próprios clientes o são. O que fazer quando se depararem nessas situações? Ora, como esse modo de viver e ver a vida, não lhe dá abertura, chance de viver e sentir isso, elas se “adaptam” ao padrão exigido pela mercadoria do corpo e, assim, exercem esse ofício, acima de tudo, para ganhar muito dinheiro, ou seja, identificando-se ao máximo com esses valores de consumo, ao ganharem fortunas, não só compensam essa problemática, como também se sentem incluídas. Desnecessário lembrar que, como já disse o aforismo introdutório desta pesquisa, como “nossos sonhos de cidadãs e cidadãos não se reduzem só aos lucros, além de naturalizarem essa “cidadania

de inclusão só pelo consumo”, neste momento, essas “profissionais de sexo” não conseguem ver que têm direitos universais. Fato que é lamentável.

A terceira conclusão aponta que a cultura do consumo relacionado com conceito de cidadania focalizada implica que há uma lacuna nos direitos do homem. Ou seja, não há aqui a concretização da Cidadania pelos direitos universais. Obviamente tal lacuna é um convite para que se lute por esses direitos, inclusive que eles passem a ser bandeiras dos principais movimentos sociais. Contudo apesar de ser legítima essa luta, os direitos civis tem seus limites, ou seja, para que ela realmente combata as desigualdades, ela precisa estar relacionada sobretudo com as lutas anti capitalistas. Lutas essas que estão relacionadas com as organizações dos movimentos sociais, e das lutas partidárias no aspecto de superar essa ordem de exploração.

Esse trabalho apesar de ter me animado e motivado bastante no estudo desse objeto, ele não tem a pretensão de esgotar o assunto. Ao contrário vejo que há a necessidade de que sejam feitas outras pesquisas para se discutir melhor esse objeto da prostituição de luxo. Dentre as lacunas que precisam ser aprofundadas nessa área, destacamos a falta de direitos universais para essas meninas e também um estudo em relação ao que acontece depois que passa essa fase de glamour e juventude.

Referência Bibliográfica

ABREU, Haroldo. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARTHES, Roland. A aula. São Paulo: Cultrix, 1980.

BASTOS, Rogério Lustosa & Souza, Lizete Quelha de. Literatura e direitos humanos: reflexão a partir de Marcuse. Revista da Praia Vermelha do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, V.25, no1, p: 27-51, Jan/Jun 2015.

BASTOS, Rogério Lustosa. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. Revista Katálysis (revista de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis. V.17, p: 111-119, 2014

BASTOS, Rogério Lustosa. Obra de arte e vida: psicologias sociais, diferentes subjetividades na estética da existência. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

CANCLINE, H. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWM, Eric. Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Cia das letras, 2013.

KONDER, Leandro. Herbert Marcuse. In: ____ .Em torno de Marx. São Paulo Boitempo, 2010.

LOWY, Michael. A teoria da revolução no jovem Marx. São Paulo: Boitempo, 2012.

LOWY, Michael. Prefácio: Walter Benjamin- crítico da civilização. In: Benjamin, Walter. O Capitalismo como religião. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In: ____ . Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol 2

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial moderna: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, Herbert. Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político intelectual e financeira (1994-2008). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SANTOS, Milton. Encontros/ entrevistas. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

Série, O Negócio: HBO Brasil

SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimosa. Etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói/RJ: UFF, 2010.

TPM. *Garotas de Programa de Luxo*. Disponível em: <http://revistatpm.uol.com.br/revista/99/reportagens/garotas-de-programa-de-luxo.html> Acesso: 11/11/2014.

BEZERRA, D. M. *Prostitutas entendidas: o que entender? 2009*. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GUIMARAES, R. M. *Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas. 2007. Dissertação Mestrado em Psicologia – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.*